

Acordo positivo

O ajuste das finanças públicas é o maior desafio da economia brasileira. Esse desafio tem de ser enfrentado independentemente de qualquer acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e governos dos países ricos, por uma razão básica: o déficit público consome poupanças internas que poderiam estar sendo direcionadas para investimentos do setor privado, do qual hoje o país depende para se desenvolver.

O Estado não é um gerador intrínseco de riquezas. Apenas transfere recursos de um segmento para outro.

Em alguns momentos da nossa história, essa transferência foi até positiva, pois o Estado atuou como um mobilizador de poupanças, e conseguiu concentrar esforços para execução de programas de um porte acima da capacidade dos empreendedores nacionais da época. Tal fase terminou há bastante tempo, e desde então esse movimento de transferência de recursos

feito pelo Estado se tornou negativo. Como o setor público ainda exerce funções essenciais dentro da sociedade, é preciso definir prioridades e ajustar os gastos dentro da realidade orçamentária.

Até agora, foram muitas as resistências políticas a esse ajuste. O Congresso Nacional retardou demasiadamente a apreciação de reformas constitucionais relevantes para o combate ao déficit público; os governadores demoraram a se convencer de que teriam de cortar despesas, e o corporativismo fez de tudo para adiar a privatização.

Com a forte turbulência da economia internacional, o Brasil não tem mais a velha opção de empurrar o problema com a barriga. Agora é cortar ou cortar o déficit.

Ainda há tempo de se fazer esse ajuste de maneira racional e controlada, administrando-se os eventuais efeitos recessivos do encolhimento do setor público em determinados setores. A alternativa seria a mão invisível da economia fazer o ajuste através de uma recessão catastrófica, sem qualquer controle.

As bases dos compromissos que o Brasil deverá assumir com o FMI e en-

tidades internacionais se encaixam perfeitamente dentro dessa racionalização. O importante é que, nesse acordo, estarão respeitados os fundamentos do atual programa de estabilização monetária, como, por exemplo, a política de correção gradual e progressiva na taxa de câmbio. Com isso a grande maioria da população brasileira, que foi beneficiada com o Plano Real,

não sofrerá uma perda de poder aquisitivo.

O acordo com o FMI é importante porque contribuirá para uma regularização dos fluxos financeiros para o Brasil, estabilizando-se o nível de reservas cambiais. Com esse acordo, e mais o ajuste fiscal em andamento, as autoridades do Banco Central podem permitir uma redução das taxas de juros, fazendo com que, pouco a pouco, as atividades econômicas que estão deprimidas sejam retomadas.

Quanto mais rapidamente o ajuste fiscal avançar, mais curto será o período de retração dos negócios.

O Brasil não
tem mais a
velha opção
de empurrar
com a barriga
